

**A Universidade do Ar: a primazia na iniciativa de educar por meio de programas
radiofônicos no Brasil na década de 1940**

*The University of the Air: the primacy of education through radio programs in Brazil in the
1940s*

Marco Antônio de Santana
Universidade Federal de Jataí (UFJ)
Jataí-Brasil
Vitor Hugo de Oliveira
Universidade Federal de Uberlândia (UFU)
Uberlândia-Brasil

Resumo

Este artigo tem o objetivo de analisar o programa radiofônico “Universidade do Ar”, transmitido no Brasil de 1941 a 1943, inaugurando uma série de projetos de educação, via rádio, que aconteceriam anos depois. Ia ao ar todos os dias, pela Rádio Nacional do Rio de Janeiro, que cobria com suas ondas sonoras todo o território nacional. O curso foi uma iniciativa do governo ditador de Getúlio Vargas, durante o período chamado “Estado Novo”, e surgiu na efervescência das reivindicações e dos debates promovidos pelos Escolanovistas. A Universidade do Ar pode também ser contextualizada nos cenários de pós-modernismo e corolário do Manifesto dos Pioneiros da Educação, considerando que a educação foi um dos grandes temas de uma época em que intelectuais firmaram entendimento que o analfabetismo configurava o principal impedimento ao desenvolvimento nacional.

Palavras-chave: Educação à Distância; História da Educação; Programa de rádio; Universidade do Ar.

Abstract

The aim of this article is to analyze the radio program "University of the Air", which was broadcast in Brazil from 1941 to 1943 and inaugurated a series of radio education projects that would follow in the subsequent years. It was broadcast daily on Rio de Janeiro's Rádio Nacional, reaching the entire national territory. The course was an initiative of the dictatorial government of Getúlio Vargas, during the so-called "The New State" period, and emerged in the effervescence of the demands and debates promoted by the Escolanovistas. The University of the Air can also be contextualized in the post-modernist and corollary scenarios of the Manifesto of the Pioneers of Education, considering that education was one of the major themes at a time when intellectuals understood that illiteracy was the main impediment to national development.

Keywords: Distance Education; History of Education; Radio program; University of the air.

1. Introdução

O rádio chegou ao Brasil em 1922, graças ao esforço conjunto de Roquette Pintoⁱ e outros laboriosos membros da Academia Brasileira de Ciências e Letras, que pleiteavam junto ao Governo Federal um investimento na novidade tecnológica, fundamentados no potencial benefício educativo que ela proporcionaria à população.

A comunicação radiofônica se apresentava em nosso país como uma notável curiosidade informativa, fomentadora de entretenimento, educação e cultura, mas o início da trajetória desse meio de comunicação por aqui foi um tanto atribulado, não só pela dificuldade em se obter um aparelho receptor, mas também pela baixa qualidade das transmissões (Sevcenko, 2006). Geralmente, alcançavam-se vivas de empolgação após serem superadas adversidades pontuais, como a necessidade da construção de antenas, a montagem dos aparelhos adquiridos e as dúvidas sanadas sobre o manejo com a avançada tecnologia.

De 1923 a 1932, as transmissões radiofônicas tiveram como característica o experimentalismo, no sentido de engajar audiência, atrair patrocinadores e tornar acessíveis os aparelhos de escuta. Nesse período, algumas emissoras de rádio viviam das contribuições de seus associados, recebendo inclusive doações de discos, geralmente de música erudita, que estruturavam sua programação diária. Outras rádios experimentavam a tutoria governamental e, praticamente, não enfrentavam problemas com investimentos.

Assim, Roquette Pinto apostava no rádio como meio viável para alcançar uma grande parcela da população necessitada e, com isso, tornou-se um dos maiores incentivadores na educação à distância. Entretanto, para que a EaD alcançasse quem realmente precisava dela, era necessário um investimento governamental, sob forma de incentivos, para que as emissoras, garantindo sua solidez no mercado, pudessem desenvolver com eficiência o papel educativo proposto.

O Brasil, por esse tempo, ostentava, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 56,1% de analfabetos entre a população maior de 15 anos. Em 1933, Roquette Pinto, convicto de seu ideal, convenceu o engenheiro francês Henrique Morize a iniciar uma rádio no Rio de Janeiro, emprestando-lhe equipamentos e material humano, para aquela que ficaria conhecida como Rádio Escola Municipal (1934). Ali foram feitas as experiências técnicas inaugurais com programas inteiramente dedicados à educação através

das ondas sonoras. Mas o primeiro programa radiofônico, educativo e diário, dedicado a um determinado segmento do ensino, nasceu na Rádio Nacional do Rio de Janeiro, em 1941, e se chamava *Universidade do Ar* (Romero, 2014).

Nas primeiras transmissões de rádio no Brasil e na América Latina, ainda na década de 1920, logo se percebeu o potencial do meio para superar obstáculos ao progresso. Pela abrangência e penetração social, o rádio oferecia a possibilidade de reduzir índices de analfabetismo, alcançar públicos não atendidos pelo sistema escolar formal, oferecer escolarização suplementar, além de colaborar para vencer longas distâncias e superar os problemas de comunicação em regiões de difícil deslocamento (Del Bianco, 2009, p. 4).

De fato, o rádio se tornou, rapidamente, um veículo de comunicação popular e dispunha da credibilidade do ouvinte, o que lhe conferia um *status agregador* e facilitador na assimilação da mensagem. Além do mais, compondo o mobiliário da casa, ele estava presente em todos os momentos da vida do ouvinte, mesmo que este morasse em localidades distantes dos grandes centros, longe das áreas de convergência e ebulação cultural, como Rio de Janeiro e São Paulo.

O Brasil, apesar do desequilíbrio socioeconômico, a partir da década de 1920, passou a respirar os ares da Semana de Arte Moderna, que sinalizava com uma nova visão das matrizes estéticas, culturais e artísticas, transformando os modelos ordinariamente elaborados em arquétipos experimentais e menos acadêmicos. O Modernismo propunha uma reflexão sobre os padrões adotados até então, bem como a ressignificação das necessidades e das belezas identitárias. Não se tratava apenas de replicação das propostas urbanistas, culturais e industriais praticadas nas nações de primeiro mundo, era necessária uma revisão social, política e econômica, com reflexos na arte e na cultura em geral. Assim, o Modernismo, representado pela figura do intelectual e escritor Mário de Andrade, reivindicava maior autenticidade nas representações de qualquer caráter, pedindo que empregássemos maior ênfase às manifestações brasileiras, incentivando a maior compreensão de nossa língua, história, geografia, folclore e artes no geral.

Convém lembrar, conforme explica Santana (2022), que esse intelectual paulistano escritor também era músico, mas é necessário inverter tal compreensão, já que se tratava de um músico que escreveu literatura, e tal aptidão refletiu em seus textos bem antes de *Macunaíma*, quanto ao papel da música na nacionalidade brasileira, na criação da brasilidade e na maneira de pensar a educação.

A Universidade do Ar: a primazia na iniciativa de educar por meio de programas radiofônicos no Brasil na década de 1940

Como músico [e professor de música], Mário de Andrade possuía forte compreensão do papel social da canção, do que ela representa e alcança, não somente no plano da sensibilidade individual, mas ao exprimir a sociedade e a força social, já que ela é sobremaneira artefato da cultura. Basta lembrar que, “em relação à música, com a aquisição de uma consciência histórica (e política e social), com a descoberta de que a música é um meio violentamente coletivizador, aparece o imperativo de utilizá-la enquanto tal” (Coli, 1990, p. 64).

Considerando a questão da música como uma das predileções do modernista e que a educação foi um dos grandes temas da modernidade nas primeiras décadas do século XX (Santana, 2022; Monarcha, 2009; Bomeny, 2003), é que durante o exercício do cargo de Diretor do Departamento de Cultura do Município de São Paulo (1935-1938), avançou no audacioso projeto de criação de estação de rádio para difusão de palestras e cursos acadêmicos e populares, por ele denominada “rádio escola”.

Não obstante seu entusiasmo com o ensino à distância pela iniciativa pública municipal, como explicam Calil e Penteado (2015) e Tércio (2019), a implementação da rádio escola foi abortada por questão financeira, apesar da preparação, que contou com robusta estrutura burocrática e técnica, envolvendo assuntos educacionais e musicais, vindo a funcionar, mesmo fora do ar, por intermédio de diversas apresentações públicas (Souza, 2016).

Desse modo, no campo da educação, as ideias modernistas reclamavam a necessidade de métodos mais dinâmicos e participativos no ensino/aprendizado, com a utilização das tecnologias então de ponta para ampliação do desempenho; incentivavam a aplicação de pedagogias ativas com participação equânime do aluno, estimulando a criatividade, contribuindo, ainda, para as amplas e significativas reformas que marcaram a educação no decorrer do século XX.

2. Um projeto via radiodifusão para professores no exercício do magistério

A década de 1930 trouxe uma série de atrações radiofônicas voltadas para a educação e o entretenimento. Foi um período marcante no rádio brasileiro, que desaguou, no início dos anos 1940, na iniciativa do programa *Universidade do Ar*, que foi criado pelo diretor da Rádio Nacional do Rio de Janeiro, Gilberto Andrade, e permaneceu em atividade até 1944. O programa objetivava contribuir com os professores que atuavam no ensino secundário, cuja

formação era amplamente debatida no país, uma vez que a Reforma Educacional Francisco de Campos, Lei nº 19.890/31 (Brasil, 1931), exigia que sua oferta se desse pela Faculdade de Educação e em nível superior. Entretanto, para muitos professores, a atuação no regimento das turmas acadêmicas ficava dificultada, tendo em vista vários fatores sazonais ou de caráter personalíssimo, como o fato de lecionarem em regiões afastadas das faculdades onde deveriam receber sua qualificação.

Note-se, nesse sentido, que no ano de 1941, as estruturas de transporte de nosso país eram bem precárias, o que tornava mais sacrificada a tarefa do professor em realizar o seu percurso até a faculdade. Sob esse aspecto, justificava-se um programa de rádio destinado a facilitar a vida do professor secundarista, evitando seu desgaste com o trajeto e possibilitando-lhe o acompanhamento das aulas no próprio local de origem.

Havia, por trás dessa inovadora iniciativa, uma política alienante desenvolvida pelo Estado Novo (1937-1945), período político caracterizado pela repressão no governo de Getúlio Vargas, em que foram suprimidas as liberdades políticas e implementadas uma grande quantidade de medidas intervencionistas por um poder centralizador. Ao mesmo tempo, essas ações se infiltravam pelas camadas populares, sob forma de protecionismo, por meio de um patriotismo exacerbado, com supervalorização dos símbolos nacionais e utilização dos órgãos de imprensa, e a criação de programas de longo alcance com extremo apelo público.

Nesse passo, e levando-se em conta o grau de escolaridade da população brasileira, a educação era um dos campos no qual o governo despejava sua estratégia de aproximação, com vistas a angariar a confiança das pessoas. A propósito dos desmandos governista, existia um órgão regulador dos assuntos artísticos e culturais, ligado à Presidência da República, que se chamava Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Esse setor, entre tantas barbaridades realizadas em nome da moral e dos bons costumes, criava e distribuía cartilhas destinadas aos necessitados, com uma foto do Presidente Getúlio Vargas na contracapa, nominando-o como “Pai da Nação” (Monaco; Leyendecker, 2019).

Foi nesse cenário que os professores das mais diversas regiões do Brasil, partícipes como ouvintes pelo rádio da Universidade do Ar, obtiveram o aprendizado por meio das vozes de renomados professores que gozavam de grande prestígio entre uma elite intelectual do governo. O corpo docente do programa contava com profissionais da Faculdade de Filosofia e com catedráticos do Colégio Pedro II (Monaco; Leyendecker, 2019, p. 8).

A Universidade do Ar: a primazia na iniciativa de educar por meio de programas radiofônicos no Brasil na década de 1940

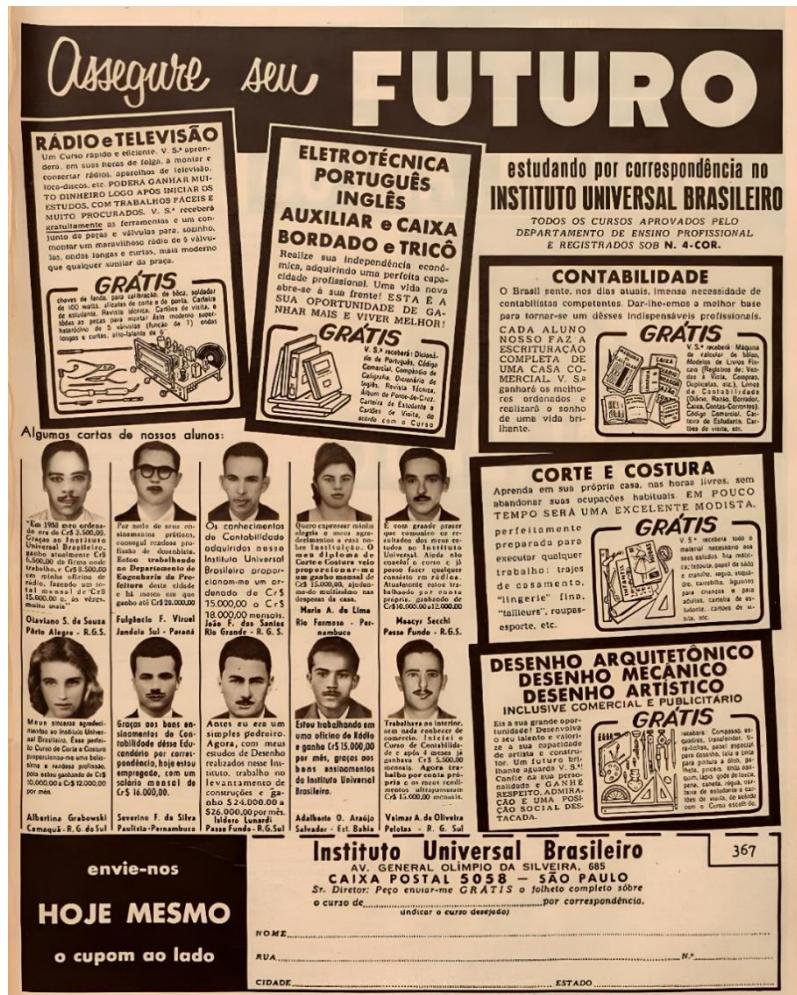
Assim, com a transmissão diária da *Universidade no Ar*, o governo ampliava o potencial educativo de professores que residiam em regiões fora do alcance das Faculdades de Educação. Além do mais, a atração radiofônica contava com especialistas renomados e recomendados pelos grandes educandários do país.

Segundo Horta (1972), os objetivos pedagógicos da *Universidade do Ar* eram a forma de ministração da metodologia, além de técnicas para sustentar a atenção dos estudantes. Para tanto, ofereciam ao professor meios para cativar o aluno no interesse daquilo que era ensinado e faziam uma otimização nos processos de aproveitamento e oferta de bibliografia para o professor. O autor ainda ressalta que o curso foi oferecido de forma gratuita a todos os professores do país e contou com grande número de inscritos desde sua propositura, em 1941.

Em 1942, as aulas da *Universidade do Ar* se tornaram mais abrangentes, abarcando as principais disciplinas dos cursos de Letras, Ciências, Didática e Pedagogia. É de se destacar ainda que o programa educativo radiofônico dedicado à qualificação dos professores secundaristas aflorou no mesmo ano do surgimento de uma outra entidade marcante no ensino à distância de nosso país: o Instituto Universal Brasileiro (IUB), criado para oferecer cursos por correspondência em diversas áreas do conhecimento.

O IUB foi também um importante instrumento de democratização da educação, ostentando juntamente com o rádio o papel fundamental de levar conhecimento onde as pessoas não tinham a possibilidade de frequentar escolas ou delas haviam sido privadas por qualquer questão.

Figura 1 – Encarte com anúncio de cursos a distância do IUB (1952)

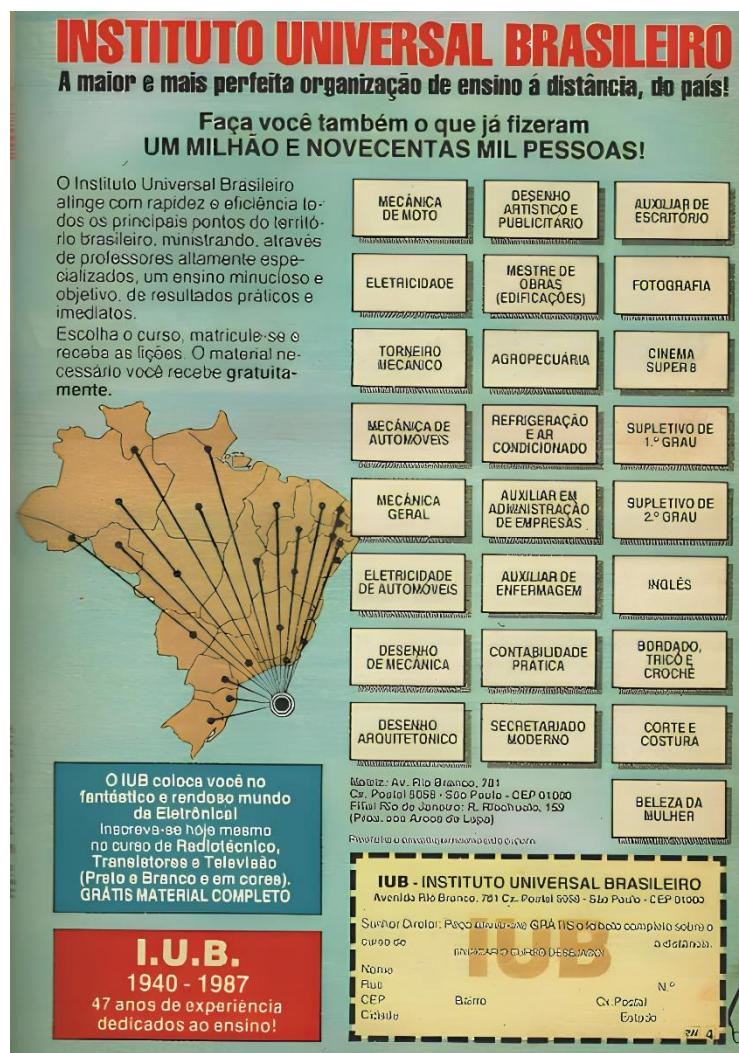


Fonte: Instituto Universal Brasileiro - 1952 (Acervo dos autores).

Não obstante, desde o início do empreendimento, o IUB enfrentou problemas de infraestrutura, por precariedade nas malhas rodoviárias e ferroviárias do país, e a consequente falta de investimento por parte das autoridades. Importante também destacar que, em regra, o IUB era destinado àquelas pessoas que já tinham certo letramento e buscavam uma melhor colocação no setor de comércio e serviços. O rádio, por sua vez, desde o início de sua experiência com educação, dedicou-se a letrados e iletrados, em várias iniciativas, públicas ou privadas.

A Universidade do Ar: a primazia na iniciativa de educar por meio de programas radiofônicos no Brasil na década de 1940

Figura 2 – Encarte com anúncio de cursos do IUB (1987)



Fonte: Instituto Universal Brasileiro - 1987 (Acervo dos autores).

Como pode ser visto, os anúncios dos cursos circulavam pela imprensa, mostrando que as distâncias não configuravam mais impedimento para aquisição de saberes técnicos e operacionais de forma célere e em casa, através de expedientes enviados e devolvidos por posta restante. Funcionava como espécie de aposta para o futuro.

De maneira geral, o rádio educativo no Brasil recebeu grande impulso do médico legista, escritor, antropólogo, etnólogo e ensaísta brasileiro Edgard Roquette Pinto (1884-1954), que era membro da Academia Brasileira de Letras e esteve sempre ladeado por outros entusiastas da radiodifusão, como Fernando Tude e Benjamim Lago, também grandes incentivadores do rádio em terras brasileiras.

Até a década de 1940, as atividades educativas eram, em grande parte, desenvolvidas pela Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, que mais tarde se transformaria em Rádio MEC (PRA-

2)ⁱⁱ, pelas emissoras ligadas ao governo e sob a regulação do Sistema de Radiodifusão Educativa (SRE), da Rádio Nacional do Rio de Janeiro (PRE-8) e da Rádio Municipal do Distrito Federal (PRD-5).

As emissoras de rádio que não pertenciam a uma estrutura governamental tentavam se manter às custas de vendas publicitárias, já que não contavam com o recurso público e estavam igualmente obrigadas a cumprir os protocolos exigidos pelo SRE. Assim, as emissoras “oficiais” tinham amplo domínio nas programações do veículo sonoro, posto que lidavam objetivamente com a legislação específica para o meio vigente no país.

A primeira aula da *Universidade do Ar* aconteceu no dia 19 de abril de 1941, à época, designado “Dia do Índio”. A Rádio Nacional, que transmitia o programa educativo, era detentora de potentes transmissores, os quais garantiam às regiões mais distantes o acesso às aulas irradiadas e que iam ao ar no período de férias escolares.

Nessa perspectiva, alguns professores do curso eram renomados e reconhecidos pela elite intelectual do país, como o mestre Júlio César de Melo e Sousa, também conhecido como Malba Tahan, que dividia, neste ano de 1941, a tarefa radiofônica com a cátedra na Escola Nacional de Belas Artes da Universidade do Brasil. Tahan era o codinome utilizado pelo professor, que também foi escritor modernista, pedagogo, conferencista e matemático brasileiro. Escrevendo histórias dedicadas ao público infanto-juvenil, tornou-se um dos grandes divulgadores da matemática em nosso país.

A partir do desempenho de cada aluno na realização de trabalhos específicos e por eles mesmos propostos, de acordo com o desenvolvimento na disciplina, aos professores/alunos da *Universidade do Ar*, eram concedidos os certificados de aperfeiçoamento e aptidão com os temas atuais dentro de sua profissão (Oliveira, 2007, p. 43).

Em 1943, as matrículas do curso radiofônico diminuíram substancialmente, pela dificuldade que os alunos passaram a enfrentar, entre outros motivos, com a didática diferenciada na exposição de conteúdo através do rádio. De acordo com Silva (1999) e Silva (2015), a aproximação oral entre professor e aluno deve ser realizada por uma linguagem específica, sendo compreendida por meio da entonação, da sonoplastia, sofrendo inclusive a interferência de ruídos.

A Universidade do Ar: a primazia na iniciativa de educar por meio de programas radiofônicos no Brasil na década de 1940

O estudo sobre essa oralidade é bastante importante, fornecendo múltiplas opções de análises sobre indícios e fontes que podem nos direcionar a uma renovada compreensão daquela iniciativa. O timbre, as pausas, a improvisação, a entonação e os *back grounds* utilizados nos dão, de maneira geral, o sentido e a forma com que a comunicação deve ser compreendida. Acrescentamos ainda que não se trata somente de comunicar, mas também e principalmente, de reter a atenção do aluno ao conteúdo ministrado, alcançando, ao mesmo tempo, o estímulo necessário para ele ser frequente e participante nas aulas radiofônicas.

A partir dos relatos sobre os programas produzidos pela Rádio Sociedade é possível perceber que esses recursos não eram usados pelos palestrantes da Rádio Sociedade (PRA2). Ainda em uma fase primária da radiofonia, onde se priorizava a transmissão do conhecimento, e muito pouco se conhecia sobre as formas de recepção dos programas, as palestras se ancoravam em textos elaborados pela leitura. O autor do texto, que fazia o papel de speaker, lia durante horas ao microfone. Muitos destes eram publicados na íntegra ocupando muitas páginas de rádio. As gravações da Universidade do ar, arquivadas no Museu da Imagem e do Som, no Rio de Janeiro, demonstram que muitos destes educadores, já na década de 1940, não tinham superado este modelo. As irradiações têm o ritmo de uma leitura executada em voz alta, com frases longas e pontuadas, que ocupavam toda a aula (Silva, 1999, p. 224).

Entendemos que, da mesma forma que a educação de adultos, ao longo da nossa história, padeceu até a edição da nova LDB (Brasil, 1996), passando a ter uma metodologia objetiva, adequada à experiência e faixa etária do educando, as aulas através do rádio também não foram desenvolvidas com otimização do aprendizado, havendo repetição da comunicação aplicada ordinariamente nas aulas presenciais, sufragando as características específicas do meio comunicante e desconsiderando aqueles a quem o método se destina.

Assim, o conteúdo das aulas no rádio consiste, de maneira geral, no transporte aleatório, para o microfone, da lição ministrada de forma presencial, sem que se verifiquem as técnicas adicionais de concentração e assimilação elementares, compensatórias da impessoalidade imprimida pelo veículo comunicante.

Talvez por isso, no ano de 1943, somente foram entregues, em todo o país, 286 certificados de conclusão da *Universidade do Ar*, o que sinalizava uma queda significativa em relação ao número atingido em anos anteriores. Também foram apontados como fatores determinantes no declínio do curso radiofônico a inconstância do governo em não enviar, com regularidade, como havia prometido, sinopses mimeografadas das orientações repassadas durante a transmissão das aulas, para o perfeito aproveitamento dos alunos.

A *Universidade do Ar* foi extinta em 1944, ao que tudo indica, pela falta de interesse público, devido ao baixo engajamento e apelo popular. De fato, são poucos os registros sobre transmissões do programa *Universidade do Ar* no ano de 1944. O que se tem é que o Sistema de Radiodifusão Educativa transmitiu, durante as férias daquele ano, um curso com 30 aulas, destinado aos professores primários do país, cuja organização ficou a cargo da Associação Brasileira de Educação (ABE).

O fato é que o referido programa de aperfeiçoamento de professores secundaristas foi instituído pelo *Estado Novo* num momento de ampla repressão do governo de Getúlio Vargas. Nesse cenário, o presidente aproveitou o rádio e seu potencial para a educação das classes menos privilegiadas para propagandear sobre suas ideias políticas e, ao mesmo tempo, fortalecer a imagem de estadista e amigo da população necessitada. O dicionário Houaiss (2004) traz como definição do verbete “populismo” a prática política de conquistar a simpatia de classes de menor poder aquisitivo, sob o pretexto de estar defendendo seus interesses, o que se dá mediante ações assistencialistas e paternalistas.

Nisso Getúlio Vargas trabalhou com afinco, pois conseguiu uma importante inserção nas camadas mais pobres da população brasileira, ostentando a figura do cuidador, aparentando preocupação e zelo com os problemas comuns a segmentos populares mais representativos. A educação era um sério problema enfrentado pela sociedade brasileira, com um alto índice de analfabetismo, mormente quando as nações de primeiro mundo atribuíam a ela (ou falta dela) a responsabilidade pelo parco desenvolvimento dos países latino-americanos.

Em regra, a população carente e marginalizada dos países latino-americanos entende a educação como uma grande possibilidade de emprego. Sob esse aspecto, Vargas, assumindo pela primeira vez a presidência do Brasil em 1930, percebeu a vulnerabilidade do povo iletrado, a partir da demanda social por mão de obra qualificada e pela relevância de uma elite ligada à educação e à cultura, inspiradora de debates e discussões acaloradas em torno do assunto.

Assim é que autoridades como Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo e Lourenço Filho, que buscavam uma reforma legislativa mais em conformidade com o pensamento da Escola Nova, mereciam destaque e aprovação, mormente por parte do governo. O Movimento da

A Universidade do Ar: a primazia na iniciativa de educar por meio de programas radiofônicos no Brasil na década de 1940

Escola Nova surgiu em diversos países no século XIX e pleiteava por uma educação menos ortodoxa e mais participativa (Monarcha, 2009).

Tal movimento ganhou força no Brasil a partir da década de 1920, e, após a edição da Lei nº 19.890/31 (Brasil, 1931), já no Estado Novo, trouxe grandes perspectivas para a população brasileira em geral, pregando a aplicação de reformas que democratizassem o setor, com metodologias que tornassem o aprendizado mais acessível e reconhecimento da escola como espaço de formação do homem, a partir dos elementos crítico, intelectual e moral. Na década de 1930, uma elite que se organizou (educadores, intelectuais, artistas e autoridades públicas) em torno de debates pedagógicos, conclamando politicamente as causas Escolanovistas ao adequarem as novas tendências educacionais à realidade brasileira, deparou-se com demandas específicas do segmento, ocasionando a criação do *Manifesto dos Pioneiros da Educação*, que ostentava o objetivo de promover as reformas educacionais necessárias no Brasil, visando garantir sua prioridade, modernidade e universalização.

Dessa forma, o governo de Getúlio Vargas muito se empenhou para a aprovação do Decreto nº 19.890/31, também chamado de Lei Francisco Campos, que dispunha, de forma moderna, sobre a estrutura organizacional do ensino secundário no Brasil. Importante ressaltar a preocupação precípua, nesse período, com o ensino médio, uma vez que o aluno, nesse estágio de aprendizado, além de gozar de maior faixa etária, tem um caminho mais curto a percorrer até a formação técnica ou profissional.

Sabemos que nosso país tinha pressa em se desenvolver, talvez por isso os governantes se empenhavam nas publicidades educativas junto ao povo, estabelecendo projetos de ensino que alcançavam a massa desvalida, simulando cuidado e apoio na melhoria de suas condições de vida, quando, de fato, almejavam sua formação técnica e profissional, no sentido de engrossarem as fileiras das fábricas e indústrias e, assim, contribuírem com a circulação do capital em troca da mão de obra qualificada que enriqueceria o país.

A tendência dos países ricos apontava para o acúmulo de riquezas com o incremento do capitalismo, a partir da força de trabalho. O povo era fator fundamental nesse processo, e a educação, o meio para poderem atingir esse objetivo. Sob o prisma dos países pobres, podemos afirmar que, ao longo da história, eles se movimentaram observando as experiências das nações de primeiro mundo. No Brasil, isso não acontecia de forma diferente.

O Decreto Francisco de Campos (Brasil, 1931) trouxe várias mudanças na educação de nosso país e, se atentarmos, vamos perceber o quanto essas inovações legais tiveram influência no programa radiofônico *Universidade do Ar* (1941). Entre as modificações implantadas pelo decreto destacam-se:

- a centralização do ensino - buscou centralizar os ensinos primário, secundário e normal, retirando atribuições de estados e municípios e concentrando-as sob a esfera do Governo Federal, com objetivo de padronizar a metodologia, mantendo tudo sob seu controle;

- a profissionalização do ensino - criação de escolas normais para a formação docente, objetivando a qualificação e mais elevados níveis de docentes com maior qualidade no ensino;

- a ênfase na educação secundária - reconhecendo a sua importância na formação do aluno, preparando-o para o ingresso na vida profissional ou em cursos superiores;

- a expansão do acesso à educação - apesar da centralização na gestão educacional, acima citada, a lei possibilitou a implantação do sistema educacional em várias regiões do país, possibilitando o acesso a todos e fiscalizando a sua aplicabilidade em todo o território nacional.

A *Universidade do Ar*, embora voltada à formação de professores secundaristas, ao eleger o rádio como veículo comunicante de suas aulas, objetivando alcançar todo o Brasil, centralizou suas ações e, ao mesmo tempo, uniformizou uma mesma metodologia de ensino. Nesse sentido, o programa radiofônico, seguindo o paralelismo com os objetivos da Lei Francisco de Campos, esmerou-se na formação docente e na elevação de seu nível profissional. Com isso, a *Universidade do Ar* dedicou-se ao segmento secundarista e à qualidade da metodologia aplicada – através da comunicação radiofônica, unificou professores em torno de um padrão formativo, e alunos sob a expectativa de avanço qualitativo, tendo chegado também aos lugares mais longínquos do país, robustecendo a proposta governamental de modelo educativo nacionalizador.

A divulgação publicitária do programa em discussão, que era apresentado diariamente, das 18h45min às 19h, ficou a cargo do jornal *A Noite*, que foi fundado em 1911, pelos empresários Irineu Marinho, Castelar de Carvalho entre outros colaboradores da imprensa nacional. O referido periódico é reconhecido como um dos veículos de maior circulação na história do Rio de Janeiro, com alta popularidade, chegando a ter sete edições

A Universidade do Ar: a primazia na iniciativa de educar por meio de programas radiofônicos no Brasil na década de 1940

diárias, tendo alcançado a tiragem de 200 mil exemplares. Textos empolgantes de grandes personalidades ligadas ao ensino foram editados pelo periódico, convocando os professores secundaristas a participarem do projeto. Uma semana antes do programa de estreia, o jornal *A Noite* trouxe duas edições diárias, dedicando-se às palavras dos organizadores, docentes e representantes da elite cultural do país, que emitiam suas opiniões e expectativas para o empreendimento radiofônico que estava por iniciar.

A publicidade arquitetada para o projeto educativo, bem como o veículo para sua disseminação, obteve o êxito almejado pelas autoridades do governo e, segundo Horta (1972), alcançaram uma grande procura por parte dos professores interessados, chegando a 4.929 matriculados em 1942, coroando a iniciativa da *Universidade do Ar*. As matrículas eram feitas em qualquer agência dos Correios e Telégrafos ou na própria Rádio Nacional (RJ). Os roteiros dos programas eram enviados aos alunos que, também via correspondência, tiravam suas dúvidas, as quais eram respondidas no ar.

Em 1940, após uma crise orçamentária vivida pelo grupo francês que administrava o jornal *A Noite*, o periódico passou às mãos do Governo Federal, que equilibrou suas contas e ficou responsável por sua circulação até 1957, quando foi definitivamente fechado.

3. O rádio e a educação comercial no Estado de São Paulo

Em 1947, surgiu a *Universidade do Ar - São Paulo*, como iniciativa do Serviço Social do Comércio de São Paulo (SESC-SP) e Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), com objetivo de utilizar-se do rádio para uma campanha educativa que atingisse, principalmente, a classe comerciária no interior do estado. A ideia era inserir a classe trabalhadora no âmbito de suas obrigações profissionais, ministrando-lhes atividades nas disciplinas de Português, Aritmética Comercial, Técnicas de Vendas e Noções de Economia Política. A logística da transmissão aqui funcionava da seguinte maneira: os professores ministravam suas aulas a partir de determinada emissora na capital paulista, e esta entrava em cadeia com onze outras rádios espalhadas pelo interior do estado de São Paulo.

Os alunos se reuniam para ouvir os programas em núcleos de recepção e estudavam os temas apresentados, com o auxílio de um professor assistente, que recebia orientação didática e propostas de exercícios para serem apresentados aos alunos. Estes recebiam o material de apoio pelos Correios, e eram avaliados através de duas provas parciais, aplicadas nos próprios núcleos de recepção (Horta, 1972, p. 97).

As características apresentadas nesse projeto paulista fazem parte de grandes outras iniciativas locais e nacionais, como o modelo implantado posteriormente pelo Movimento

Brasileiro de Alfabetização (Mobral) e pelo Projeto Minerva (Castro, 2007; Oliveira e Santana, 2022). Inclusive, a reunião de alunos para acompanhar as aulas em *núcleos de recepção* e uma monitoria para eliminar as dúvidas eram também utilizadas em outros programas de ensino, desenvolvidos por municípios de pequeno, médio e grande portes, em todo o território nacional.

Em 1948, entretanto, a *Universidade do Ar* paulista (Unar) cometeu um erro estratégico, abrindo suas matrículas para o que chamou de alunos de *recepção livre*. Esses novos matriculados poderiam acompanhar as aulas de suas residências, sem a necessidade da reunião em grupo, devendo somente se apresentar para a realização dos exames de avaliação. O fato é que a audiência, embora satisfatória, não alcançou correspondência com os resultados práticos do projeto: em torno de 75% dos alunos que optaram pelo modelo à distância foram reprovados.

Em 1951, a Unar extinguiu todos os seus *núcleos de recepção*, tornando-se apenas um curso de ensino à distância, o que não interrompeu o declínio em número de matrículas, evasão e reprovações no curso. Tentaram restabelecer os núcleos em 1953, entretanto, a *Universidade do Ar* não gozava do mesmo prestígio, tendo perdido muito da importância adquirida nos anos iniciais. De acordo com Oliveira (2013), o curso durou até 1961.

Reiteramos que esse programa, elaborado no estado de São Paulo, embora de rádio e dedicado à educação, basicamente, apenas ostentava a mesma denominação, mas não acompanhava o formato, os objetivos e nem tão pouco se dedicava à mesma clientela que seu antecessor federal. Cabe também dizer que o curso radiofônico paulista foi instituído durante o governo estadual de Adhemar de Barros (1947-1951) que, guardadas certas desavenças sazonais de ordem partidária, praticava uma política alinhada com os ideais de Getúlio Vargas, tendo sido um dos incentivadores da Aliança Liberal, partido que deu sustentação à candidatura do gaúcho à presidência da república.

4. Considerações Finais

A *Universidade do Ar* foi o primeiro programa de rádio com objetivo específico de educar propondo a atualização profissional de professores do ensino secundário de todo o território nacional. Era transmitido pela Rádio Nacional do Rio de Janeiro, emissora de caráter privado, mas, para o mister das transmissões, alocada pelo governo federal, possivelmente

A Universidade do Ar: a primazia na iniciativa de educar por meio de programas radiofônicos no Brasil na década de 1940

por ser a principal emissora de radiodifusão do país e ter alcance em todo o território brasileiro (Pimentel, 1999).

O programa teve sua estreia em 1941, juntamente com a criação do Serviço de Radiodifusão Educativa (SRE), um órgão de controle das transmissões via rádio, estabelecido pelo governo de Getúlio Vargas, que iniciava o período político ditatorial denominado Estado Novo – regime autoritário que conferiu ao presidente da república uma governança com poderes ilimitados. O governo tinha a educação como estratégia alienante, no sentido de se aproximar da população mais carente, dissimulando um cuidado inexistente. A elite interessada nas causas da educação estava em ebullição nesse momento em nosso país, devido aos debates mundiais envolvendo as ideias da Escola Nova e pela edição de um compêndio legislativo regulador do ensino secundário no Brasil, Dec. 19.890/31.

Os cursos da *Universidade do Ar* eram gratuitos e o governo, em tese, deveria fornecer os resumos das aulas para os alunos, o que não ocorria regularmente, motivando muitas desistências, pois os alunos não conseguiam acompanhar, sem o material didático adequado, o andamento das disciplinas. A publicidade ostensiva utilizada inicialmente, através do periódico carioca de grande circulação denominado *A noite*, objetivando a convocação do público a quem se dirigia, teve grande impacto e engajou um número inesperado de alunos no primeiro ano. Entretanto, a expressiva evasão e o declínio na quantidade de alunos matriculados foram registrados logo no início de 1943. A didática e a compreensão da explanação via rádio foram também apontadas como causas determinantes do desgaste e, assim, com a falta de registros objetivos, não se tem sinal da existência da *Universidade do Ar* em 1944.

Em 1947, o governo de São Paulo, em convênio com o SESC e o SENAC, que vislumbraram a instalação de cursos rápidos, lançou um outro programa homônimo. Era também uma atração educativa, via radiodifusão, mas que objetivava atingir os comerciários. Enfim, resta lembrar que, a partir dos anos 1940, o rádio se tornou um importante facilitador de vários cursos à distância, protagonizando, em 1970, o Projeto Minerva, que até os dias atuais é reconhecido como a maior iniciativa em massa de ensino à distância organizada no Brasil. Inspirando-se nas aulas radiofônicas, em 1978, surgiu na televisão o Telecurso 2º Grau, apoiado pelas Fundações Padre Anchieta, Roberto Marinho e TV Cultura.

Referências

BOMENY, Helena Maria Bousquet. **Os intelectuais da educação**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

BRASIL. Decreto nº 19.890, de 18 de abril de 1931. Dispõe sobre a organização do ensino secundário. Rio de Janeiro: **Diário Official**, 1 maio 1931. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/d19890.htm. Acesso em: 7 maio 2022.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: **Diário Oficial da União**, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 14 maio 2024.

CALIL, Carlos Augusto; PENTEADO, Flávio Rodrigo (Org.). **Mário de Andrade**: me esqueci completamente de mim, sou um departamento de cultura. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2015.

CASTRO, Márcia Prado. **O Projeto Minerva e o desafio de ensinar matemática via rádio**. 2007. 105 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da história** (1975). Tradução de Maria de Lourdes Menezes. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020.

COLI, Jorge. Mário de Andrade e a música. In: BERRIEL, Carlos Eduardo (Org.). **Mario de Andrade hoje**. São Paulo: Ensaio, 1990. p. 41-65. (Série Grande formato, 4).

DEL BIANCO, Nélia Rodrigues. Aprendizagem por rádio. In: LITTO, Fredric Michael; FORMIGA, Manuel Marcos Maciel (Org.). **Educação a distância**: o estado da arte. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009. 1 v. p. 56-64.

HORTA, Jose Silverio Baia. Histórico do rádio educativo no Brasil (1922-1970). **Cadernos da PUC-Rio**. Tópicos em Educação/Série Letras e Artes, Rio de Janeiro n. 10, p. 73-123, set. 1972. Disponível em: http://cremeja.org/a7/wp-content/uploads/2019/08/Jose_Silverio_Baia_Horta_historico_radio_educativo.pdf.pdf. Acesso em: 10 abr. 2024.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

MONACO, Rosa Maria Garcia; LEYENDECKER, Niely Natalino de Freitas. O ensino via rádio por meio das iniciativas educativas da Universidade do ar (1941 -1945) e do Projeto Minerva (1970-1989). In: CASTRO, Ricardo Figueiredo de et al. (Org.). **Anais do 2º Encontro Internacional História & Parcerias**. Rio de Janeiro: Anpuh-Rio, 2019. Disponível em: https://www.historiaeparcerias2019.rj.anpuh.org/conteudo/view?ID_CONTEUDO=630. Acesso em: 5 mar. 2024.

A Universidade do Ar: a primazia na iniciativa de educar por meio de programas radiofônicos no Brasil na década de 1940

MONARCHA, Carlos. **Brasil arcaico, Escola Nova:** ciência, técnica e utopia nos anos 1920-1930. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 2009.

OLIVEIRA, Cristiane Coppe de. **A sombra do arco-íris:** um estudo histórico/mitocrítico do discurso pedagógico de Malba Tahan. 2007. 171f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

OLIVEIRA, Renata Cristiane Romanini. **Rádio e educação profissional a distância:** a experiência da Universidade do Ar (1947-1961). 2013. 240 f. Dissertação (Mestrado em Educação Tecnológica) – Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET/MG), Belo Horizonte, 2013.

PIMENTEL, Fábio Prado. **O rádio educativo no Brasil:** uma visão histórica. Rio de Janeiro: Soarmec Editora, 1999.

ROMERO, Maria Helena Cicci. **Universidade do ar: em foco a primeira iniciativa de formação de professores secundaristas via rádio no Estado Novo (1941 1944).** 2014. 167f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2014.

SANTANA, Marco Antonio de. **Representações de preceptoras na obra de Mário de Andrade - conto e romance (1923-1944).** 2022. 241 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2022.

SANTANA, Marco Antonio de; OLIVEIRA, Vitor Hugo de. Projeto Minerva: uma experiência educativa via rádio no Governo Militar em Uberlândia (1970 - 1989). **UniAraguaia On Line**, Goiânia (GO), v. 17, p. 107-118, dez. 2022. Disponível em: <https://sipe.uniaraguaia.edu.br/index.php/REVISTAUNIARAGUAIA/article/view/1150>. Acesso em: 10 abr. 2024.

SEVCENKO, Nicolau. A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio. In: SEVCENKO, Nicolau (Org.). **História da vida privada no Brasil:** república da belle époque à era do rádio. 7. reimpr. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. 3 v. p. 513-619.

SILVA, Júlia Lúcia de Oliveira Albano da. **Rádio:** oralidade mediatizada, o spot e os elementos da linguagem radiofônica. São Paulo: Annablume, 1999.

SILVA, Lenira Pereira da. **Matemática a distância no Brasil em suas origens:** uma visita ao curso de aritmética comercial da Universidade do ar (1947-1961). 2015. 299f. Tese (Doutorado em Educação Matemática) - Universidade Bandeirantes de São Paulo, São Paulo, 2015.

SOUZA, Marcel Oliveira de. **A Rádio Escola do Departamento de Cultura de São Paulo:** Mário de Andrade e a formação do gosto musical (1935-1938). 2016. 202f. Tese (Doutorado em Artes e Música) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

TÉRCIO, Jason. **Biografia de Mário de Andrade:** em busca da alma brasileira. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2019.

Notas

ⁱ Um dos signatários do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, de 1932.

ⁱⁱ Essa sigma, assim como as demais que aparecem ao longo do texto, significam a identificação das emissoras de rádio. As “PR” originam-se do inglês *Pioneer Radio* (rádio pioneira). As letras A, B, C, D e E representavam a classe da emissora sob o aspecto da amplitude da onda eletromagnética vinculada à área de abrangência de sua modulação, e os números distinguiam o pioneirismo da emissora, segundo normas do Governo Federal. Assim, a primeira transmissão de radiodifusão, com o discurso do presidente da república Epitácio Pessoa, em 07.09.1922, no Morro do Corcovado, foi nomeada de PRA-1 Rádio Independência do Brasil. A Rádio Sociedade do Rio de Janeiro foi inaugurada quase 1 ano depois, e se tornou PRA-2. Logo após veio a fundação da Rádio Clube do Brasil, criada em 12.08.1923, PRA-3; a Rádio Sociedade da Bahia surgiu em 18.12.1923, PRA-4, e assim sucessivamente.

Sobre os autores

Marco Antônio de Santana

Professor Adjunto na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Jataí (GO). Doutor em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia. Pós-doutorando na Universidade de São Paulo com bolsa da CAPES; e Pontifícia universidade Católica de Minas Gerais, ambos no campo da História da Educação. E-mail: bh.santana@yahoo.com.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1816-3591>.

Vitor Hugo de Oliveira

Doutor em História e Historiografia da Educação pela Universidade Federal de Uberlândia. Possui Mestrado Profissional na linha TIC – Tecnologia e Interfaces da Comunicação (2017). Gestor pela Diretoria de Comunicação da UFU das Rádios Universitárias (Uberlândia, Ituiutaba e Monte Carmelo). E-mail: vitorhugo@ufu.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7173-3787>.

Recebido em: 12/06/2024

Aceito para publicação em: 15/06/2024